

Dinheiro público deve ser utilizado para melhorar as condições de conforto térmico e acústico dos bairros sociais municipais

Reabilitação de bairros sociais aposta na instalação de janelas ineficientes com vidro simples

A reabilitação dos bairros sociais municipais, em Portugal, deve ser uma oportunidade para aplicar o dinheiro público no aumento da qualidade da construção e melhorar as condições de conforto térmico e acústico dessas habitações.

A ANFAJE vem criticar fortemente a ação de diversos municípios portugueses que continuam a lançar obras de reabilitação de bairros sociais sem atender aos novos requisitos técnicos (novo Decreto-Lei n.º 194/2015), os quais definem valores mínimos obrigatórios para a transmissão térmica das janelas a instalar em Portugal.

O cumprimento da nova legislação permite corrigir a má qualidade da construção e as inexistentes condições de isolamento térmico e acústico dos edifícios portugueses.

O lançamento deste tipo de obras, sem atender à correção da falta da qualidade de isolamento térmico de muitos dos edifícios dos bairros sociais, não oferece melhores condições de vida às populações abrangidas e representa um desperdício de recursos financeiros escassos.

A ANFAJE preconiza que a oportunidade existente no relançamento da reabilitação de bairros sociais municipais deve ser um desafio para as autarquias locais otimizarem o escasso investimento público existente.

O pouco investimento público existente deve ser aproveitado convenientemente para obras que permitam aumentar a qualidade da construção das habitações, dotando-as de todas as condições de conforto térmico e acústico, ao mesmo tempo que permitem ter casas eficientes.

Desse modo, o investimento público a realizar neste e nos próximos anos (através do recurso a empréstimos nacionais ou alavancando os fundos europeus disponíveis), deve ser realizado de acordo com os requisitos e exigências técnicas obrigatórias (cumprindo a legislação e regulamentos nacionais, bem como as diretivas europeias relativas à qualidade da construção e da eficiência energética). É fundamental aproveitar o potencial dos novos materiais e técnicas de construção na correção dos erros e da má qualidade da construção do passado.

Um país com escassos recursos financeiros não pode reabilitar hoje para voltar a reabilitar amanhã.

A qualidade das obras de reabilitação deve ser encarada numa perspetiva de longo prazo, o que no caso dos edifícios, este deve ser estimado em 50 anos (conforme a prática existente na maioria dos países da União Europeia).

Infelizmente, a ANFAJE constata que o reduzido investimento público está a ser utilizado na reabilitação de diversos bairros sociais para aplicar soluções de janelas com tecnologia existente há mais de 30 anos... ou seja, quando se intervém na envolvente dos edifícios, continua-se a substituir janelas ineficientes (caixilhos não isolantes e, nalguns casos, ainda dotados de vidro simples (!)) ... as quais não apresentam qualquer melhoria face às janelas atualmente instaladas nesses edifícios).

Ou seja, realizam-se hoje obras de reabilitação com soluções dos anos 80 que têm de estar aptas a funcionar para os próximos 50 anos... Não entendemos assim, o objetivo de substituir janelas ineficientes por outras (novas) janelas ineficientes... Sem etiqueta energética (conforme sistema SEEP www.seep.pt existente e gerido pela ADENE – Agência para a Energia), sem o cumprimento dos requisitos técnicos obrigatórios de isolamento térmico e acústico, impermeabilidade ao ar e estanquidade à água.

A ANFAJE, confrontada com o lançamento de diversos concursos públicos de empreitadas de substituição de janelas, completamente anacrónicas, exige uma tomada de consciência e intervenção dos poderes públicos envolvidos nestas operações para que este cenário seja rapidamente modificado!

Como exemplo, gostaríamos de sublinhar o lançamento de diversas operações de reabilitação de bairros sociais de autarquias do norte de Portugal, no qual esta situação está a ocorrer.

No entanto, e lamentavelmente, esta situação não se tem resumido apenas a intervenções municipais.

O lançamento de operações de reabilitação das envolventes exteriores de bairros sociais da responsabilidade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), têm vindo a padecer dos mesmos problemas.

Neste quadro, como é possível que, em 2016, se possa preconizar a instalação de janelas ineficientes em pretensas operações de substituição de janelas antigas?

Qual a razão pela qual se perde uma oportunidade de melhorar a qualidade e as condições de conforto térmico e acústico dos edifícios destes bairros?

Certamente por lapso de quem executa os projetos e submete a concurso os respetivos cadernos de encargos...

AANFAJE exige, assim, que todas as operações de reabilitação de bairros sociais tenham em conta a existência da **Diretiva Europeia do Desempenho Energético dos Edifícios** que impõe a necessidade de apostar em políticas e programas de reabilitação urbana que tenham um enfoque na melhoria da eficiência energética dos edifícios. Legislação que tem vindo a ser implementada em todos os países da União Europeia e que tem servido para o lançamento de significativas operações de reabilitação urbana, permitindo concorrer e alavancar estes processos com fundos europeus.

A ANFAJE reivindica, ainda, que todas as operações de financiamento público da reabilitação de bairros sociais tenham em conta os requisitos técnicos obrigatórios existentes para a instalação de janelas em Portugal, nomeadamente as exigências constantes da legislação portuguesa e europeia, atualmente em vigor:

- **Regulamento dos Produtos de Construção (RPC)** – Decreto-lei 130/2013.
- **Regulamento dos Edifícios de Habitação (REH)** – Decreto-lei 118/2003.
- **Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE)** – Decreto-lei 129/2002.
- **Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE)** – Decreto-lei n.º 220/2008.
- **PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (2013-2016 → 2020)** – Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de Abril.

Neste quadro, a ANFAJE continua a apoiar a necessidade de dinamização de políticas e operações de reabilitação urbana do parque edificado português que tenham em conta **o aumento da qualidade da construção, a melhoria das condições de conforto térmico e acústico**, e, conseqüentemente, **a melhoria da eficiência energética dos edifícios**.

A ANFAJE apoia a execução de operações de reabilitação que sejam encaradas numa perspetiva de longo prazo (50 anos), utilizando os escassos recursos de financiamento público existente. Operações de reabilitação que estejam dotadas de estudos económicos que permitam obter os melhores rácios custo/benefício para os municípios (reduzindo os custos de manutenção dos bairros e beneficiando do aumento do ciclo de vida dos materiais e das construções), para os habitantes (reduzindo os custos da fatura energética e beneficiando com elevados níveis de conforto térmico e acústico) e por fim para os contribuintes portugueses (reduzindo os valores de investimento público necessários para garantir o máximo de benefícios sociais e económicos).

A reabilitação de bairros sociais deve ser realizada hoje como uma oportunidade e um desafio que envolve entidades públicas e privadas, municípios e empresas com o objetivo de reabilitar com qualidade, apostando na melhoria das condições de conforto térmico e acústico e no aumento da eficiência energética dos edifícios portugueses.

Para mais informações contactar:

ANFAJE – Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes

Susana Nunes

Tel. 21 445 70 70

Fax 21 000 16 75

Email: janelaseficientes@anfaje.pt

www.anfaje.pt

ANFAJE é membro associado:

